

PROJETO INSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÕES
REALIZAÇÃO DA AÇÃO: CORREGEDORIA-GERAL DO ESTADO
TEMA: SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA



MODELOS DE PAPEIS DE TRABALHO PARA INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA (SI)

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO – DOCUMENTO
OBRIGATÓRIO**

ANOTAÇÕES

O SECRETÁRIO/PRESIDENTE DA _____, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso IV, da Constituição do Estado, atendendo o disposto no art. 80 da Constituição Estadual, com fulcro nos artigos 173 e 174 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e:

CONSIDERANDO a relevância do exercício do poder disciplinar, como garantia da ordem administrativa e da eficiência dos serviços públicos prestados;

CONSIDERANDO o dever de apuração de responsabilidade administrativa, decorrente da identificação de fatos que, *a priori*, apontem para o possível cometimento de infração funcional;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, a partir de xx de xxxxxx de 2020, os servidores a abaixo nominados, para compor COMISSÃO DE SINDICÂNCIA destinada a apurar (**descrever objetivamente os fatos, como por exemplo: o desaparecimento do bem x, patrimônio YUI, vinculado a esta Pasta**), sem prejuízo de suas atribuições típicas, sendo eles:

Nome, cargo, número funcional, para atuar na função de Presidente;

ANOTAÇÕES

Nome, cargo, número funcional, para atuar na função de
Membro;

Nome, cargo, número funcional, para atuar na função de
Membro.

Art. 2º - A Comissão terá acesso à documentação necessária
à elucidação dos fatos, podendo solicitar informação aos departamentos
internos e a outros entes quando necessário;

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua
publicação.

Gabinete do (a) _____, Palmas/TO, em 11 de
novembro de 2020.

Nome
Cargo do Gestor

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO – DOCUMENTO OBRIGATÓRIO (MODELO PARA ÓRGÃOS QUE POSSUEM ESTRUTURA CORRECCIONAL PRÓPRIA)

PORTARIA Nº __/__/____, DE __DE NOVENBRO DE 2020.

O CORREGEDOR (SECRETÁRIO) _____, no
uso de suas atribuições legais e regimentais, *ex-vi* do artigo 7º, I, do
Decreto nº 638/98, com fulcro nos art. 178 da Lei nº 1.818, de 23 de
agosto de 2007, cumprindo encaminhamento do Secretário da
_____, RESOLVE:

I. Instaurar Sindicância Investigativa sob o número _____, a fim de apurar xxxxxxxx. (Breve relato dos fatos como por exemplo: apurar possível responsabilidade administrativa de agentes públicos decorrentes do desaparecimento do bem x, patrimônio x, que encontra-se vinculado a esta Pasta, na forma da Lei Estadual n.º 1.818/2007.)

II. Convocar os membros da _____ Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, designados pela Portaria n.º _____, de ___ de _____ de _____, publicada no D.O.E. n.º _____, de ___ de _____ de _____, para atuarem no referido processo;

III. Determinar a instauração dos trabalhos no prazo legal de três dias após a publicação desta Portaria e concluí-los no prazo determinado em lei, nas dependências da Corregedoria _____, endereço da corregedoria;

IV. Cumpra-se.

CORREGEDORIA _____, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos _____ dias ___ do mês de novembro de 2020.

(Nome do Gestor da Pasta/Corregedor)

ATA DE INSTALAÇÃO – DOCUMENTO OBRIGATÓRIO

ANOTAÇÕES

PROCESSO : Nº do SGD
INTERESSADO : _____
ASSUNTO : _____

ATA DE INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS

No mês de novembro do ano de 2020, na data constante do rodapé desta Ata (**caso o processo seja digital, uma vez que neste caso o SGD registra a data juntamente às assinaturas**), na Corregedoria Geral do Estado localizada no Prédio ____, Praça dos Girassóis, Centro, nesta Capital, a Comissão de Sindicância constituída pela Portaria n.º ____/____/____, de __ de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial n.º ____ de __ de novembro de 2020, e pela Portaria n.º ____/____/____, de __ de novembro de 2020, tendo como integrantes: Presidente; _____, Membro;

_____, Membro/Secretário _____, instalou os trabalhos da Sindicância Administrativa de Natureza Investigativa n.º ____/____/____, para apurar os fatos denunciados no MEMORANDO/____/____/____, o qual noticia que XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX conduta que, em tese, configura a infração disciplinar prevista no artigo XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX da Lei n.º. 1818, de 23 de agosto de 2007, passando a deliberar o seguinte:

I. **Expedir** ofício à Secretaria XXXX, solicitando a relação de servidores em exercício no setor em que se encontrava o bem extraviado, bem como o preenchimento dos quesitos relacionados ao estado do bem à época do extravio, anexos ao referido ofício;

II. **Juntar** aos presentes autos cópia do Termo de Responsabilidade Patrimonial;

ANOTAÇÕES

III. Intimar o servidor xxx, responsável patrimonial, bem como os servidores em exercício no setor em que se encontrava o bem extraviado, para oitiva de testemunhas a ser designada após o atendimento do item I.

(Assinatura dos membros da Comissão)

OFÍCIO - QUE SOLICITA INFORMAÇÕES

Palmas/TO, __ de novembro de 2020.

A Sua Excelência, o Senhor

NOME DO SERVIDOR RESPONSÁVEL

Cargo que ocupa

NESTA _____

Assunto: Colaboração com sindicância investigativa.

Senhor (a) Cargo,

Sirvo-me do presente, para solicitar o encaminhamento de elementos que comprovem a movimentação e abastecimento do veículo X, placa X, junto à Garagem Central, no período compreendido entre xx/xx/xx e xx/xx/xx, com vistas à instrução de sindicância investigativa autuada, conforme portaria anexa.

Sem mais, informo que a Secretaria da _____ coloca-se a disposição para dirimir quais quer dúvidas que se fizerem necessárias.

Respeitosamente,

(Nome do Presidente)

Presidente

MEMORANDO - QUE SOLICITA INFORMAÇÕES

ANOTAÇÕES

Palmas/TO, 11 de novembro de 2020.

Da: Comissão de Sindicância

Para: Diretoria Administrativa e Financeira.

Assunto: Colaboração com sindicância investigativa.

Senhor(a) Diretor(a),

Em consideração a sindicância investigativa nº x/2020, instaurada para apurar o desaparecimento do bem x, patrimônio x, solicito a disponibilização das imagens das câmeras de segurança do corredor ala leste, dos dias x e y do mês tal do corrente ano, como forma de colaborar com a instrução do presente procedimento.

Sem mais, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

(Nome do Presidente)

Presidente

MANDADO DE INTIMAÇÃO – DOCUMENTO OBRIGATÓRIO

O Presidente da Comissão de Sindicância, instaurada pela Portaria nº _____/____, de __/__/____, notifica Vossa Senhoria para prestar declarações no Processo de Sindicância, conforme a Portaria anexa.

ANOTAÇÕES

A audiência terá lugar no dia ____ de ____ de ____, às ____ horas, **na (local onde será realizada a audiência)**, localizada na Rua ____, nº ____, no Bairro ____, na cidade de ____, TO.

Palmas/TO, __ de novembro de 2020

(Nome do Presidente)
Presidente

TERMO DE DEPOIMENTO - DOCUMENTO OPCIONAL

PROCESSO : Nº do SGD
INTERESSADO : _____
ASSUNTO : _____

TERMO DE DEPOIMENTO

Aos __ dias do mês de _____ de ____, às __h__min, nesta cidade de Palmas-TO, na Sala de Audiência da _____, reunida a Comissão _____, constituída pela Portaria CGE Nº __/_____/_____, de __ de _____ de _____, publicada no D.O.E. Nº __.____ de __/____/_____, presentes _____, Presidente; _____, Membro; _____, Membro/Secretário, para dar prosseguimento à instrução do _____ em epígrafe. Presente a testemunha_____. Compareceu, na qualidade de informante, _____, servidor, número funcional_____.

ANOTAÇÕES

inscrita no CPF Nº XXX.XXX.XXX-XX, ocupante do cargo de _____ com _____ em Palmas-TO. Inquirido pelo Sr. Presidente a respeito dos fatos, respondeu:

QUE.....

Perguntado se o depoente tinha algo a acrescentar, respondeu:.....

.....

Dada a palavra ao Membro, _____, nada perguntou.

Nada mais havendo a ser consignado, foi encerrado o presente termo, que, lido e achado conforme, vai por todos assinado. Sem mais. Eu, _____, Membro/Secretário, o digitei e também subscrevo.

Presidente:.....

Membro:.....

Membro:.....

Depoente:.....

DESPACHO - DOCUMENTO OPCIONAL

PROCESSO : Nº do SGD

INTERESSADO : _____

ASSUNTO : _____

ANOTAÇÕES

A fim de dar prosseguimento ao feito, **arrolado**, na qualidade de Testemunha da Comissão, para prestar depoimento na Sala de Audiências desta Unidade Correcional, a ser designada a oitiva pela _____ *a posteriori*:

- **Fulano de Tau, servidor**, número funcional ____/__, inscrito no CPF N° XXX.XXX.XXX-XX, ocupante do cargo de _____, lotado na Secretária da _____ do Estado do Tocantins, com exercício funcional na _____ em Palmas-TO.

- **Ciclano da Silva**, número funcional ____/__, inscrito no CPF N° XXX.XXX.XXX-XX, ocupante do cargo de _____, lotado na Secretária da _____ do Estado do Tocantins, com exercício funcional na _____ em Palmas-TO.

Designar audiências de oitivas.

Cumpra-se.

CORREGEDORIA _____ / _____, em Palmas - TO, __ de novembro de 2020.

(Presidente)

JUNTADA – DOCUMENTO OPCIONAL

Aos _____ (dia por extenso) dias do mês de ___ de _____, procedi à autuação dos documentos abaixo especificados, que me foram entregues pelo senhor _____ (lembre-se de colocar a função do servidor que enviou o documento):

DOCUMENTOS: (colocar os documentos que chegaram)
(exemplo) Frequência do servidor

E, para constar, eu, _____ (nome do Secretário), Secretário, lavrei o presente termo.

Palmas/TO, __ de novembro de 2020

(Nome do Secretário)
Secretário

RELATÓRIO FINAL - DOCUMENTO OBRIGATÓRIO

Na presente Sindicância Administrativa de Natureza Investigativa, a qual visa apurar as informações contidas no MEMO/___/___/PATRIMONIO/Nº ___/___/___ (fls. ___/___), no Boletim de Ocorrência Nº ___/___ (fls. ___/___), registrado _____ em ___/___/___, e nos demais documentos constantes no Processo de Regularização de Bens Nº _____, em apenso aos presentes autos, os quais relatam o desaparecimento de um Notebook Modelo _____ com Processador Intel, Core i5 VPRO XXX, Registro Patrimonial Nº _____, nas dependências da Secretaria de _____ do Estado do Tocantins, ocasionando assim dano ao erário.

1. DO OBJETO EM APURAÇÃO

.....
.....

1.1 SÍNTESE DAS PRINCIPAIS DILIGÊNCIAS/PROVAS COLHIDAS

.....
.....

1.2 DO MÉRITO

ANOTAÇÕES

1.3 DA CAPITULAÇÃO LEGAL E INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA

2. RECOMENDAÇÃO

Por todo o exposto e considerando, por fim, que a presente sindicância não padece de nenhum vício de nulidade, esta Comissão de e Sindicância da

RECOMENDA:

a) A instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor _____, em consideração aos elementos de autoria e materialidade do cometimento da infração disciplinar xx, capitulada no artigo x da Lei Estadual n.º 1.818/2007;

b) A cientificação a _____ quanto à conclusão da presente Sindicância Investigativa.

É o nosso relatório.

À superior consideração, para as providências de *mister*.

Palmas, __ de novembro de 2020.

(Assinatura de todos os componentes da comissão)

TERMO DE REMESSA – DOCUMENTO OPCIONAL

ANOTAÇÕES

PROCESSO : Nº do SGD
INTERESSADO : _____
ASSUNTO : _____

Em ___ de novembro de 2020 faço remessa destes autos à Senhora _____ do Estado para os fins de mister. E, para constar, eu, _____,

CERTIDÃO – DOCUMENTO OPCIONAL

SEMPRE QUE HOUVER QUALQUER MOVIMENTAÇÃO OU NOVA INFORMAÇÃO RELEVANTE AO PROCESSO, É NECESSÁRIO A CRIAÇÃO DE UMA CERTIDÃO PARA COLOCAR DENTRO DO PROCESSO INFORMAÇÕES RELEVANTES, **PODENDO SER INCLUÍDA EM QUALQUER FASE.**

(Toda vez que entrar em contato com o órgão ou com o servidor crie uma certidão).

EXEMPLO 1

O Cartório da Corregedoria _____ CERTIFICA que na data de ___/11/2020 procedemos ligação para o número (___) _____ onde falamos com a senhor _____ . Na oportunidade informamos ele sobre **colocar o que foi dito em ligação** e perguntamos se poderíamos mandar a intimação por WhatsApp e ele concordou em receber pelo referido aplicativo. **Em anexo print da conversa.**

Era o que tinha a certificar.

ANOTAÇÕES

Palmas-TO, __ de novembro de 2020.

(Nome e Cargo do Servidor)

EXEMPLO 2

CERTIFICO E DOU FÉ que, no dia __ de novembro de 2020, (**terça feira**), por volta das **horário**, realizei ligação telefônica para o número (__) _____, no órgão __, no intuito de obter informações sobre a resposta do ofício ____, enviado por e-mail. Fui informado pelo servidor ____, que ia ser verificado o sobre o referido ofício e me retornaria para repassar as informações. (**Junte um print do comprovante de envio do documento por e-mail**).

(Nome e Cargo do Servidor)

OFÍCIO DA DENUNCIA – DOCUMENTO OPCIONAL

DOCUMENTO ENVIADO À CORREGEDORIA-GERAL, QUANDO O RELATÓRIO CONCLUSIVO OPINAR PELA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E O ÓRGÃO NÃO POSSUIR CORREGEDORIA PRÓPRIA.

Palmas/TO, __ de novembro de 2020.

A Sua Excelência, o Senhor

NOME DO SERVIDOR RESPONSÁVEL

Cargo que ocupa

NESTA _____

Assunto: Apuração de Conduta do Servidor.

Senhora Corregedora-Geral,

ANOTAÇÕES

Encaminho a Vossa Senhoria, para fins de análise dos fatos e adoção das providencias de *mister*, os autos da sindicância investigativa realizada no âmbito deste órgão/entidade, cujo Relatório Final (fls. xx) recomenda a abertura de processo administrativo disciplinar.

Na oportunidade, encaminho as fichas financeira, cadastral e outras, pertinentes ao servidor, as quais podem, num primeiro momento, contribuir à apuração dos fatos e circunstâncias. **(caso o órgão envie documentos junte-os ao processo).**

Sem mais, informo que a Secretaria da _____ coloca-se a disposição para dirimir quais quer dúvidas que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

(Nome do Gestor da Pasta)